



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº

067 /2018



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS** E A EMPRESA **MR CONSULTORIA ECONÔMICA E FINANCEIRA S/S**.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços, as partes abaixo assinadas, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARVALHOS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.194.217/0001-45, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Excelentíssimo Senhor Antônio de Pádua de Carvalho Moura, brasileiro, casado, aposentado, portador da Carteira de Identidade nº M-731.955, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.302.086-72, residente e domiciliado na cidade de Carvalho, Estado de Minas Gerais, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **MR CONSULTORIA ECONÔMICA E FINANCEIRA S/S**, inscrita no CNPJ sob nº 13.560.749/0001-35, estabelecida na Rua Antônio Lourenço, 203, Bairro Cidade Jardim, CEP 17.370-000, na cidade de Santa Maria da Serra, Estado de São Paulo, neste ato representa pelo Senhor Milton Roberto Ferreira da Silva, brasileiro, divorciado, economista, portador da Carteira de Identidade nº 13.463.755-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 043.857.478-81, residente e domiciliado na Rua Doutor Quirino, nº 821, Bairro Centro, CEP 13.015-081, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, ajustado, contratado e pactuado, as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para a prestação de serviços de **CONSULTORIA PARA FISCALIZAÇÃO DA ÁREA TRIBUTÁRIA DO PA (POSTO DE ATENDIMENTO) DO BANCO BRADESCO PELO PERÍODO DE 5 (CINCO) ANOS E A AGÊNCIA DO BANCO ITAÚ PELO PERÍODO DE 3 (TRÊS) ANOS**.

1.1 – Dos Serviços:

Consultoria e treinamento para a Área Tributária da Prefeitura Municipal de Carvalho com a finalidade de se analisar os Demonstrativos Contábeis, “Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultados” do PA – Posto de Atendimento do Banco Bradesco S.A dos últimos 5 (cinco) anos e da agência Bancária do Banco Itaú dos últimos 3 (três) anos do município de Carvalho, com a finalidade de ser apurar as Receitas Totais das Prestação de Serviços das Instituições com o ISSQN devidos, e que não foram recolhidos aos cofres públicos do município.

PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PELA CONSULTORIA:

-Assessorar um funcionário da Área Tributária da Prefeitura:



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

Handwritten notes and stamps: "C.P.L.", "Fis. 038", and a signature.

- Na identificação das atividades operacionais desenvolvidas pelo PA do Bradesco e a agência do Itaú do Município, para a elaboração da Notificação de Início de Fiscalização.
- Assessorar na análise de todos os Documentos Contábeis do PA dos últimos 5 (cinco) anos, e da Agência dos últimos 3 anos elaborados de acordo com o COSIF, e de todos os demais documentos solicitados na Notificação de Início de Fiscalização;
- Assessorar na elaboração dos relatórios analíticos detalhados e consolidados por tipo de receita de prestação de serviços e de tarifas bancárias que geraram os valores dos ISSQN devidos pelas Instituições Financeiras;
- Assessorar o funcionário da fiscalização na elaboração dos Autos de Infração e Lançamento com o Relatório Completo da Auditoria Fiscal;

- Os trabalhos serão realizados com base nas Leis Federais de nº 3.724/2001, 4.728/1965, 5.764/1971, 6.835/1976, 7.492/1986, 10.194/2001 e 11.795/2008. Lei Complementar 116 de 31 de julho de 2003 que regulamentou o Imposto Municipal sobre Serviços ISS das Instituições Financeiras, mais Circulares do Banco Central e Resolução do CMN e a Lei do Código Tributário do Município.

1.2 Prazos para a Prestação dos Serviços:

Fase de Notificação do Banco: A Notificação de Início de Fiscalização será disponibilizada em até 5 dias úteis após a contratação da consultoria.

Fase de Execução da Auditoria dos Balancetes dos últimos 60 meses e a emissão do Auto de Infração: até 10 dias após o recebimento dos documentos solicitados na fase de Notificação.

Prazos do Auto de Infração: As Instituições Financeiras terão 30 dias após o recebimento do Auto de Infração para Contestar o valor apurado ou pagar a Prefeitura.

Prazo para emissão das Notas Fiscais: Serão emitidas apenas após as datas do recebimento dos valores apurados nos Autos de Infração das Instituições Financeiras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor global deste contrato é de **R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**, nos quais estão incluídos todos os impostos, taxas, transportes e demais custos diretos e indiretos aplicáveis e constituirá a única remuneração pela prestação dos serviços contratados durante o período de vigência deste Contrato.

A Prestação de Serviços do PA do Bradesco pelo período de 5 (cinco) anos o valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais).

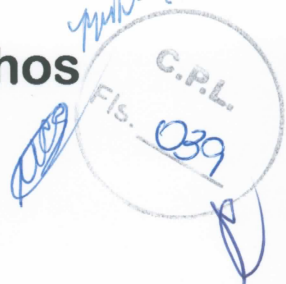
A Prestação de Serviços da Agência do Banco Itaú pelo período de 3 (três) anos o valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS



CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO/EMPENHO

O Valor do presente contrato é o estipulado na Cláusula anterior e será coberto com os seguinte recurso orçamentário:

3.3.90.39.00.2.02.00.04.123.002.2.0016 – Desenvolvimento da Arrecadação Tributária

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

A vigência deste contrato será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2018.

§ 1º - O prazo poderá ser prorrogado, a critério do CONTRATANTE, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais e nas condições previstas no Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

§ 2º - Qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

Os trabalhos desenvolver-se-ão sempre em regime de estreita colaboração com a FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE o qual poderá indicar fiscais, auditores e/ou outros elementos com poderes de atuação para fiscalizar o cumprimento do contrato.

Parágrafo Único - A FISCALIZAÇÃO será efetuada a qualquer tempo, caso julgue necessário para o bom andamento dos serviços.

A fiscalização será realizada por servidor do Departamento Municipal de Tributos.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados, em até 10 dias após a data que a Prefeitura Municipal de Carvalho receber o pagamento das Instituições Financeiras que forem apurados nos autos de infração, mediante emissão das notas fiscais eletrônicas;

§ 1º - O pagamento deverá ser efetuado em conta bancária indicada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE se obriga a fornecer em tempo hábil, elementos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados, tais como:

- a) Fornecimento de informações necessárias ao bom andamento dos trabalhos;
- b) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato;



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 040

- c) Acompanhamento e fiscalização dos serviços por funcionários especialmente designados;
- d) Liberar em tempo hábil as áreas necessárias à execução dos serviços;
- e) Possibilitar à **CONTRATADA** a realização dos serviços, inclusive fornecendo-lhe os meios para execução dos trabalhos, resolvendo eventuais impedimentos.

CLÁUSULA OITAVA – NO CASO DO BANCO BRADESCO OU ITAÚ OPTAREM EM RECORRER DO VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA ESFERA JUDICIAL

A **CONTRATADA** permanecerá assessorando a Prefeitura Municipal de Carvalho em todos os trabalhos que forem necessários referentes às análises econômicas e financeiras para comprovar os valores dos créditos tributários apurados até o encerramento do processo na esfera judicial, ficando os advogados da **CONTRATANTE** responsáveis pela parte jurídica.

§ 1º Caso venha ocorrer esta situação, e o Banco Bradesco ou Itaú ser condenado a pagar a Prefeitura Municipal de Carvalho, a **CONTRATANTE** irá aplicar os mesmos índices de correção que vier a receber referente ao período em que o processo ficar aguardando a decisão judicial, ao contrato da **CONTRATADA** fixado na cláusula 2ª do presente contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além de responder, civil e criminalmente, por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a **CONTRATANTE** e/ou para terceiros, é obrigada a executar os serviços em perfeitas condições, utilizando a melhor técnica em estrita obediência à legislação vigente.

Parágrafo Único - Caberá ainda à **CONTRATADA**:

- a.) Facilitar todas as atividades da **CONTRATANTE**, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;
- b.) Atender prontamente às reclamações da **CONTRATANTE**, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;
- c.) Responsabilizar-se por quaisquer diferenças, erros ou omissões em informações que vier a fornecer à **CONTRATANTE**;
- d.) Responsabilizar-se pelo pagamento das indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por dolo ou culpa, a empregados ou bens da **CONTRATANTE** ou a terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade;

CLÁUSULA DÉCIMA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO

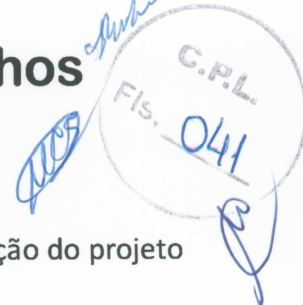
Este contrato poderá ser modificado conforme previsão legal disposta no Art. 65 da Lei 8.666/93, nos seguintes casos:

- I. Unilateralmente, a critério da Administração:



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS



- a) quando necessária, por motivo técnico devidamente justificado, a modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adaptação aos objetivos;
- b) para modificação do valor decorrente de majoração ou redução quantitativa do objeto contratual, ou para atender às modificações decorrentes do fato descrito no item anterior, até os limites estabelecidos por lei.

II. Bilateralmente, quando for:

- a) necessária à modificação do regime, do modo de execução ou especificações por verificação técnica da inadequação das condições originais ou que venham trazer vantagens para o **CONTRATANTE**.
- b) necessária modificação na forma de pagamento, por motivos relevantes e supervenientes mantidos o valor inicial;
- c) quando necessário o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da ADMINISTRAÇÃO para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da ADMINISTRAÇÃO, configurando área econômica extraordinária e extra-contratual;

Parágrafo Único - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL/RESCISÃO

Fundamenta-se o presente contrato no Art. 24 – I, da Lei 8.666/93;

A RESCISÃO do contrato poderá ser de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93:

- a) determinado por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XV, XX e XXI do Artigo anterior;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação.

§ 1º - A inexecução total ou parcial deste contrato, por motivos de responsabilidade da **CONTRATADA**, enseja a rescisão contratual, com as consequências nele previstas ou decorrentes de Lei.

§ 2º - A rescisão administrativa ou a amigável dependerá de decisão escrita e fundamentada do Dirigente máximo do ÓRGÃO.



Prefeitura Municipal de Carvalho

ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.
Fls. 042

§ 3º - A rescisão administrativa acarretará em retenção de crédito decorrente do contrato e responsabilidade da **CONTRATADA** inadimplente pelos prejuízos que causar à Administração;


§ 4º - As consequências previstas § 3º acima, não serão aplicadas na hipótese de rescisão por motivos de interesse público.

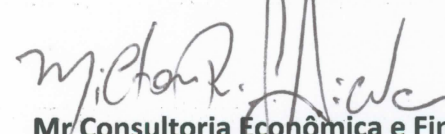
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO


Fica eleito o Foro da cidade de Aiuruoca, Estado de Minas Gerais, para dirimir as questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa a todo e qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por terem justo e contratado, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, os representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, juntamente com 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos legais.


Carvalho, 09 de agosto de 2018.

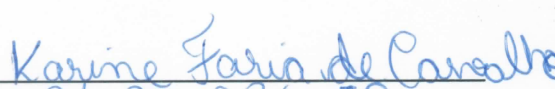

Município de Carvalho
Antônio de Pádua de Carvalho Moura
Contratante


Mr Consultoria Econômica e Financeira S/S
Milton Roberto Ferreira da Silva
Contratada


Visto Assessoria Jurídica
Adriano José Senador
OAB/MG 54.948

Testemunhas:

1 - 
CPF: 582.200.946-04

2 - 
CPF: 124.311.936-59